



Simulado Especial

CGEPB

AUDITOR DE CONTAS PÚBLICAS

AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL

PÓS-EDITAL

Simulado

Simulado Especial CGE-PB (Auditor de Contas Públicas - Auditoria Interna Governamental)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso CGE-PB (Auditor de Contas Públicas - Auditoria Interna Governamental);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-CGE-PB-04-11>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 - A B C D E | 21 - A B C D E | 41 - A B C D E | 61 - A B C D E | 81 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 22 - A B C D E | 42 - A B C D E | 62 - A B C D E | 82 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 23 - A B C D E | 43 - A B C D E | 63 - A B C D E | 83 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 24 - A B C D E | 44 - A B C D E | 64 - A B C D E | 84 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 25 - A B C D E | 45 - A B C D E | 65 - A B C D E | 85 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 26 - A B C D E | 46 - A B C D E | 66 - A B C D E | 86 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 27 - A B C D E | 47 - A B C D E | 67 - A B C D E | 87 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 28 - A B C D E | 48 - A B C D E | 68 - A B C D E | 88 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 29 - A B C D E | 49 - A B C D E | 69 - A B C D E | 89 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 30 - A B C D E | 50 - A B C D E | 70 - A B C D E | 90 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 31 - A B C D E | 51 - A B C D E | 71 - A B C D E | 91 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 32 - A B C D E | 52 - A B C D E | 72 - A B C D E | 92 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 33 - A B C D E | 53 - A B C D E | 73 - A B C D E | 93 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 34 - A B C D E | 54 - A B C D E | 74 - A B C D E | 94 - A B C D E |
| 15 - A B C D E | 35 - A B C D E | 55 - A B C D E | 75 - A B C D E | 95 - A B C D E |
| 16 - A B C D E | 36 - A B C D E | 56 - A B C D E | 76 - A B C D E | 96 - A B C D E |
| 17 - A B C D E | 37 - A B C D E | 57 - A B C D E | 77 - A B C D E | 97 - A B C D E |
| 18 - A B C D E | 38 - A B C D E | 58 - A B C D E | 78 - A B C D E | 98 - A B C D E |
| 19 - A B C D E | 39 - A B C D E | 59 - A B C D E | 79 - A B C D E | 99 - A B C D E |
| 20 - A B C D E | 40 - A B C D E | 60 - A B C D E | 80 - A B C D E | 100 - A B C D E |

LÍNGUA PORTUGUESA*Adriana Figueiredo***TEXTO PARA AS QUESTÕES 1 E 2**

Fui levado pela velha até o sótão; o excesso de gentileza era a evidência de que me enganavam. Docilmente me deixei levar; mãos nas minhas costas, ela me conduzia balbuciando consolos. Não ousei fazer perguntas. De qualquer modo, me responderiam com mentiras. Fingindo acreditar no jogo, planejava descobrir tudo por conta própria. Atrás de nós vinha o velho, sorrindo falso. No sótão a velha me mostrou a cama, os lençóis e um imaculado pijama de florzinhas. Quando estivesse pronto, poderia apagar a luz, o interruptor ao lado.

- Você tem medo do escuro?

- Não senhora.

Ela passou a mão na minha cabeça, desajeitada e carinhosa, e saiu fechando a porta. Ouvi passos na escada, arrastar de chinelos, cochichos: os velhos conspiravam. Deitei sem apagar a luz nem trocar de roupa. Fiquei olhando a lâmpada pendurada no teto, telhas à mostra, e aquelas carcaças de móveis antigos e caixotes empoeirados. No entanto, a cama primorosamente limpa, no meio da velharia, só para mim. Não atinava o sentido: o que teria levado os dois velhos (meus inimigos com tantos vidros quebrados em guerras de funda) a me recolherem logo à porta de casa e, ao preço de algumas balas de hortelã, um mingau de aveia e bolachas salgadas, prenderem-me no sótão. Tão inalcançável que nem perderiam tempo me explicando. Quando me subornavam em frente de casa, meu irmão mais velho, de longe, me olhava enviesado e fingia não dar importância. Devia saber de tudo. Tive a impressão de que a mulher com o nariz achatado na vidraça do quarto do meu pai era minha mãe, e olhava também para mim. Talvez. A casa estava escura e cheia de gente. Aceitei as regras e me deixei levar pelos vizinhos; por onde eu passava, os outros me olhavam discretos e respeitosos, como a um príncipe destronado. Aquilo me agradou - por alguns minutos centro das atenções - e passei a mastigar as balas de hortelã fazendo barulho com a boca e respingando saliva, para irritar, mas eu estava imunizado por um respeito sobrenatural. Em seguida me assustei, pressentindo fragilidade na minha posição; era falsa. No fim de tudo por certo eu sairia perdendo.

Adaptado de TEZZA, Cristóvão. "A primeira noite de liberdade". Disponível em <http://www.cristovatezza.com.br/textos/contos/p_primeira.htm>.

01. Em síntese, depreende-se da leitura do texto que:

- a) o narrador-personagem não se lembra de muitos detalhes de sua infância com os pais;
- b) a casa nova possui uma paisagem acolhedora e aconchegante;
- c) o narrador-personagem aceita a situação imposta, mesmo sem entender o contexto por completo;
- d) a nova moradia do narrador-personagem, por ser longe da antiga, traz um sentimento nostálgico;
- e) após a morte de seus pais, o narrador-personagem acabou acolhido por vizinhos com os quais não tinha proximidade.

02. *Ouvi passos na escada, arrastar de chinelos, cochichos.*

O segmento sublinhado acima exerce a mesma função sintática daquele sublinhado em:

- a) Deitei sem apagar a luz nem trocar de roupa;
- b) Fiquei olhando a lâmpada pendurada no teto, telhas à mostra, e aquelas carcaças de móveis (...);
- c) Tão inalcançável que nem perderiam tempo me explicando;
- d) Aceitei as regras e me deixei levar pelos vizinhos; por onde eu passava, os outros me olhavam;
- e) Quando me subornavam em frente de casa, meu irmão mais velho, de longe, me olhava enviesado.

03. Assinale a frase abaixo que exemplifica uma construção de voz passiva.

- a) Muitos ex-alunos podem ser reunidos para a comemoração de fim de ano.
- b) É proibido se ausentar do local sem permissão.
- c) O chefe está preocupado com o novo projeto aprovado.
- d) Você pode tentar ser estudioso.
- e) Acredita-se em tudo que se diz na internet.

04. Assinale a frase que mostra certo grau de incerteza (modalização).

- a) Alguém esteve em minha sala.
- b) Sem dúvida, esse jogo perdeu a graça.
- c) João disse que pediria ajuda a sua orientadora.
- d) Aguardam-se muitos visitantes na inauguração da mostra de teatro.
- e) Os candidatos chegarão no horário agendado.

05. Em todas as frases abaixo, para evitar-se repetição, houve substituição do termo em destaque. Assinale a frase em que o processo utilizado na substituição está adequadamente identificado.

- a) Estavam todos esperando o auxílio governamental, mas essa ajuda não chegou / hiperônimo
- b) João aguardava o transporte para levá-lo ao seu destino / qualificação.
- c) As pessoas amam o novo transporte implementado na cidade; o bonde passa todos os dias cheio de pernas. / metonímia.
- d) A Universidade Federal do Rio de Janeiro comemora mais um ano de existência. A instituição é reconhecida por sua excelência / especificação.
- e) O computador é uma importante ferramenta. Essa tecnologia ajuda no processo de ensino-aprendizagem / caracterização.

06. A frase abaixo que está livre de qualquer ambiguidade é:

- a) Quando João chegou atrasado, o gerente ligou para seu superior.
- b) Os professores disseram aos alunos que poderiam escolher uma outra avaliação.
- c) Os técnicos instalaram um sistema rápido.
- d) Ele devolveu a capa do celular que estava em seu carro.
- e) Ninguém precisou esconder a verdade.

07. Um dos elementos que dá coerência aos textos é a ocorrência de vocábulos que estão dentro de um mesmo campo semântico; nas alternativas a seguir, as palavras que pertencem ao mesmo bloco conceitual são:

- a) computador, software, aplicativo, janelas;
- b) árbitro, programa, rede, sofisticado;
- c) leito, medicamento, internação, produtor;
- d) caro, sofisticado, doação, ouro;
- e) habilidade, jogador, treino, dispositivos.

08. Observe o trecho a seguir

“O Brasil vem tentando de tudo. Toda vez que aparece uma potência emergente no mundo, tentamos nos repensar e refazer à sua imagem. Será a China do século XXI? Ou será que já não fomos longe demais nessa bizarra e infrutífera empreitada? Por que não fazer do Brasil o próprio Brasil?” (Eduardo Giannetti, *O elogio do vira-lata*)

Nesse trecho, o autor

- a) incentiva a empreitada brasileira
- b) reúne argumentos que favorecem a sua opinião pessoal
- c) expõe sua opinião pessoal
- d) confronta diferentes opiniões
- e) informa sobre determinado assunto.

09. A frase abaixo que não se estrutura com base numa oposição é:

- a) O inocente se desprende de suas amarras; caminha por vias tortuosas o culpado.
- b) A juventude almeja o que a senioridade já viveu.
- c) Quando a luz toca o chão, a escuridão da noite completa sua despedida.
- d) A desigualdade entre os povos não está em sua completude materializada.
- e) A bondade opera seus mistérios onde o mal não encontra morada.

10. “Antes de falar, pense nas consequências de suas palavras.” Essa frase exemplifica a seguinte função da linguagem:

- a) metalingüística
- b) conativa
- c) referencial
- d) poética
- e) fática

11. A impessoalidade pode ser construída em língua portuguesa com o pronome SE, no entanto nem todo vocábulo SE possibilita essa impessoalidade. Assinale a alternativa em que essa partícula NÃO apresente essa função.

- a) Acreditava-se que a transparência dos gastos prejudicaria a segurança da instituição.
- b) Naquele ano, fez-se o maior festival gastronômico da história do país.
- c) Aquele espaço não era bem avaliado; reclamava-se de superlotação.
- d) Dorme-se melhor quando há a prática de atividades físicas.
- e) A reunião durou quase toda a manhã; tratava-se do futuro da empresa.

12. Os verbos de ligação indicam estados (estado permanente, estado transitório, aparência de estado, continuidade de estado e mudança de estado). Assinale a frase em que o verbo ESTAR é classificado como verbo de ligação.

- a) O conhecimento está no íntimo do ser humano.
- b) A performance está nas mãos dos representantes.
- c) O medo e a insegurança sempre estão perto de causar o caos.
- d) O desejo está envolvido com os sentidos do ser.
- e) Os alunos estão na sala aguardando o professor.

13. Quanto à pontuação, conforme a norma-padrão da língua portuguesa, estão corretas, EXCETO:

- a) Os estudantes, mesmo aqueles reprovados, devem comparecer à cerimônia.
- b) Todos estavam ansiosos pelos resultados, e não perceberam a alteração de cronograma.
- c) Cabe ressaltar que, geralmente, a taxa de desemprego, cresce em situações de instabilidade política.
- d) Em janeiro todos estarão de férias nas ilhas caribenhas.
- e) As propostas foram feitas de acordo com o contrato, quando tudo ainda seguia um padrão.

14. Considerando o processo de formação de palavras, identifique a alternativa que apresenta uma derivação imprópria.

- a) Todos admiravam o agir das autoridades.
- b) Nesse período do ano, a pesca se intensifica.
- c) Embora todos concordassem, o líder não recebeu apoio.
- d) A atitude de uma pessoa pode entristecer uma multidão
- e) O cirurgião deve possuir uma destreza extraordinária.

15. Segundo a gramática tradicional, na formulação de uma das frases abaixo há um erro gramatical. Assinale a opção que apresenta esse erro.

- a) Os especialistas precisaram o local de armazenamento das substâncias.
- b) O agente público visava ao mais alto cargo de sua unidade.
- c) A multidão reparava no nervosismo daqueles que conduziam o espetáculo.
- d) Os idosos queriam muito bem àqueles que lhe respeitavam
- e) A devolução do material encomendado implica multa.

LÍNGUA INGLESA*Andrea Belo***Texto para as questões de 16 a 18****Do dreams reflect reality?**

That dreams contain hidden meanings is an old idea. The Biblical Book of Genesis, written down about 2,500 years ago, describes how Joseph, son of Jacob, interpreted the Egyptian pharaoh's dreams of fat and thin cattle as predicting years first of plenty and then of famine. In China, meanwhile, the most popular work on dream interpretation has long been the "Zhougong Jie Meng", a dictionary of explanations for weird and wonderful dreams written 500 years earlier still. It is, however, only since the publication of Sigmund Freud's treatise "The Interpretation of Dreams", in 1899, that dreams have become a subject of serious scientific scrutiny.

Things have moved on since Freud's day. His emphasis on violent urges and sexual repression as the roots of dreaming now looks old-fashioned. Instead, the premise is that dreams reflect a dreamer's quotidian experience—either because they are an epiphenomenon of the consolidation of memories or because they are a mental testing ground for ideas the dreamer may have to put into practice when awake.

(The Economist: September 3rd 2021)**16. According to the text, it is correct to infer that:**

- a) The text shows the will to know what dreams really mean.
- b) It is a kind of summary that represents the most of people's dream.
- c) The text brings the idea that dreams are complex to understand.
- d) The text points that life is linked to dreams and we can understand our dreams.
- e) The text talks about dreams and nightmares in general.

17. In the first sentence of the text "*That dreams contain hidden meanings is an old idea.*", the underlined word indicates:

- a) a changing of dreams.
- b) upsidedown dreams.

- c) things we can not see.
- d) similar ideas.
- e) simple ideas.

18. Reading the sentence "*Joseph, son of Jacob, interpreted the Egyptian pharaoh's dreams of fat and thin cattle as predicting...*", it is possible to infer that fat and thin refer to

- a) Jacob and his family.
- b) Joseph.
- c) Pharaoh's dreams.
- d) diversity of dreams.
- e) cattle.

Texto para as questões 19 e 20

<https://www.linkedin.com/pulse/echa-discussing-too-much-active-ingredient-bad-daniela-romano/>

19. In the text, the tree holds a fork and a knife with the intention of

- a) is is eating pollution and is can't stand the situation anymore.
- b) unnecessary food are in the middle of pollution.
- c) it is dreaming about a life without pollution forever.
- d) the fork and knife can damage the food to be eaten.
- e) it is worried about pollution and food.

20. According to the cartoon, it's possible to infer that:

- a) the pollution is avoided.
- b) pollution is the only problem we face.
- c) it is easy to avoid pollution.
- d) it is difficult to understand the pollution causes.
- e) the tree can't stand the pollution anymore.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Rodrigo Rennó

21. Dentro do contexto do planejamento estratégico, o que se entende por "Análise SWOT"?

- a) É uma ferramenta usada para identificar apenas os pontos fortes e fracos internos de uma organização.
- b) Refere-se ao planejamento tático e operacional de curto prazo dentro da organização.
- c) É uma metodologia que aborda apenas as oportunidades e ameaças externas ao ambiente de negócios.
- d) É uma abordagem que analisa os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças relacionados à organização e seu ambiente.
- e) É um conjunto de estratégias voltadas para a melhoria contínua e a eficácia organizacional.

22. Em um processo organizacional, qual das seguintes funções administrativas é responsável por definir os objetivos da organização e determinar as estratégias para alcançá-los?

- a) Controle
- b) Direção
- c) Planejamento
- d) Organização
- e) Coordenação.

23. Na gestão de processos, qual das seguintes opções é considerada uma ferramenta analítica comum para identificar pontos de ineficiência e oportunidades de melhoria?

- a) Organograma
- b) Fluxograma
- c) Diagrama de Pareto
- d) Tabela de Recursos Humanos
- e) Plano de Negócios.

24. Em um contexto de política pública voltada para o desenvolvimento sustentável, um gestor público opta por adotar uma estratégia de "nudge" para induzir comportamentos mais sustentáveis na população. Esse tipo de abordagem pode ser mais bem descrito como:

- a) Uma política de comando e controle, onde o Estado impõe regras rígidas e multas para quem não as cumprir.
- b) Uma política pública de incentivos fiscais para empresas sustentáveis, sem interferência direta no comportamento do indivíduo.
- c) Uma política de livre mercado, onde a escolha do consumidor é o único mecanismo regulador.
- d) Uma intervenção comportamental sutil que estrutura as escolhas contextuais para influenciar o comportamento das pessoas de maneira previsível.
- e) Uma forma de paternalismo autoritário, onde o Estado decide o que é melhor para o cidadão e limita suas opções de escolha.

25. Na busca pela qualidade e excelência organizacional, muitas empresas adotam modelos de gestão reconhecidos internacionalmente. Dentre os modelos abaixo, qual é focado especificamente em melhorar a qualidade por meio da identificação e remoção das causas de defeitos e minimização da variabilidade em processos de fabricação e negócios?

- a) Balanced Scorecard (BSC)
- b) Seis Sigma (Six Sigma)
- c) Modelo EFQM de Excelência
- d) ISO 9001
- e) Kaizen.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

26. A respeito dos Municípios, indique a única alternativa incorreta.

- a) O Município é autônomo e se organiza por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- b) O Município de Santo André tem 572 mil eleitores e elegerá, em 2020, Prefeito e Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo. Conforme definição constitucional, na eleição do Prefeito, se nenhum candidato obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos, haverá segundo turno de votação.
- c) Nenhum Município brasileiro poderá eleger menos do que nove e nem mais do que cinquenta e cinco vereadores.
- d) A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

e) Diferente do que ocorre nos Estados e no distrito Federal, a Constituição Federal veda a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

27. João, filho de pai alemão e mãe canadense, nasceu no Brasil. No momento de seu nascimento, seus pais estavam no país clandestinamente, foragidos da Alemanha, local em que foram condenados por tráfico ilícito de substância entorpecente e drogas afins. Sobre João, é correto afirmar que:

- a) poderá adquirir a nacionalidade brasileira após completar 18 anos, desde que continue a residir no Brasil e requeira formalmente a sua nacionalidade.
- b) por ser brasileiro nato, atendidos aos demais requisitos constitucionais, poderá ser eleito ao cargo de Presidente da República.
- c) poderá ser extraditado do Brasil caso venha a praticar, após a sua naturalização, o crime de tráfico ilícito de substância entorpecente e drogas afins, ou caso venha a praticar crime comum antes de sua naturalização.
- d) Os pais de João, em razão de o filho ser brasileiro nato, não poderão ser extraditados do Brasil.
- e) João não poderia adquirir a nacionalidade brasileira na condição primária, porque seus pais entraram no Brasil clandestinamente.

28. O Presidente da República, durante uma coletiva de imprensa, afirmou que umbandistas não podem ocupar cargos de alto escalão no Governo, porque não são tementes a Deus e podem trazer desgraça para o país, motivo pelo qual exonerou José, Ministro do Planejamento, perante todos os que estavam presentes e determinou que os Ministros fizessem o mesmo em relação aos seus subordinados. A respeito do caso narrado, aponte a alternativa correta.

- a) O Presidente da República é inviolável civil e penalmente por suas opiniões e palavras, motivo pelo qual não poderá ser responsabilizado.
- b) O Presidente da República poderia ter sido preso em flagrante por racismo, crime inafiançável, sujeito à pena de reclusão. Na situação, a Câmara dos Deputados, por decisão de dois terços de seus membros, poderia decidir pela concessão da liberdade ao Chefe do Executivo.
- c) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não poderia ser responsabilizado pelo ato, que é estranho ao exercício de suas atribuições.
- d) A instauração de inquérito e a de processo contra o Presidente da República dependeriam da autorização da Câmara dos Deputados, por dois terços de seus membros.
- e) Compete ao Supremo Tribunal Federal, após autorização da Câmara dos Deputados, processar e julgar o Presidente da República pelo crime praticado. Após instauração do processo, o Presidente deve ser afastado do cargo por até 180 dias.

29. Após uma longa tempestade, a população de três municípios do estado Alfa foi afetada por inundações que provocaram queda de energia, falta de água potável e escassez de alimento. Muitas pessoas foram colocadas em abrigos públicos e tiveram que deixar as suas casas. Essa situação afetou a ordem pública e a paz social na região em que estão situados os municípios, porque a população, amedrontada, começou a saquear lojas, mercados e residências. Diante da situação, para restabelecer a ordem pública e a paz social, poderá o Presidente da República

- a) decretar o estado de sítio, após autorização do Congresso Nacional, por maioria relativa de seus membros, pelo prazo improrrogável de 30 dias.
- b) decretar a intervenção federal nos três municípios, afastando de cada lugar o Prefeito e nomeando interventor.
- c) decretar o estado de defesa, depois de ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, e submeter o ato ao Congresso Nacional, no prazo de 24 horas, para que por decisão da maioria absoluta de seus membros, no prazo de 10 dias, aprove ou não o ato.
- d) decretar o estado de defesa, após consultar o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, desde que autorizado pelo Congresso Nacional.
- e) decretar o estado de sítio, após autorização do Congresso Nacional, por maioria absoluta, em votação secreta.

30. Lei do Estado Alfa atribuiu responsabilidade solidária ao profissional de contabilidade, quanto ao pagamento de impostos e de penalidades pecuniárias, nas hipóteses em que suas ações ou omissões concorrem para a prática de infração à legislação tributária. A respeito do caso narrado, aponte a alternativa correta.

- a) A lei estadual é constitucional, porque a competência para legislar sobre direito tributário é concorrente, de forma que a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a atribuição suplementar dos estados.
- b) É formalmente inconstitucional a norma estadual, porque invade a competência da União para fixar normas gerais em matéria tributária.
- c) A norma estadual é inconstitucional, porque a competência para legislar sobre responsabilização de terceiros por infração à legislação tributária é privativa da União.
- d) A lei estadual é formalmente inconstitucional, porque cabe à lei complementar estadual dispor sobre responsabilização de terceiros por infrações tributárias.
- e) Sendo a competência estadual residual e não havendo previsão na Constituição Federal de exercício de tal competência por parte da União ou dos Municípios, a lei de Goiás é constitucional.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

31. À luz do disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
- b) As sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato.
- c) A decisão que estabelecer, na via administrativa, controladora ou judicial, interpretação sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.
- d) As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas, instrumentos que terão caráter vinculante em relação ao órgão que se destinam, até que ocorra revisão posterior.
- e) A decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, poderá impor compensação por benefícios indevidos resultantes da conduta dos envolvidos, a qual não admitirá compromisso processual entre os envolvidos.

Simulado Especial CGE-PB (Auditor de Contas Públicas - Auditoria Interna Governamental) - DD/MM/2023

32. A respeito da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), é INCORRETO afirmar que:

- a) As empresas estatais que atuam em regime de concorrência terão o mesmo tratamento dispensado às demais pessoas jurídicas de direito privado, no que se refere ao tratamento de dados pessoais.
- b) O tratamento de dados pessoais poderá ser realizado quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.
- c) A autoridade nacional poderá solicitar, a qualquer momento, aos órgãos e às entidades do poder público a realização de operações de tratamento de dados pessoais, informações específicas sobre o âmbito e a natureza dos dados e outros detalhes do tratamento realizado.
- d) O tratamento de dados pessoais cujo acesso é público deve considerar a finalidade, a boa-fé e o interesse público que justificaram sua disponibilização.
- e) A comunicação de dados pessoais de pessoa jurídica de direito público a pessoa de direito privado, como regra geral, dependerá de comunicação à autoridade nacional, mas não requer consentimento do titular.

33. De acordo com a Lei do Governo Digital (Lei federal 14.129/2021), NÃO é garantido aos usuários da prestação digital de serviços públicos:

- a) atendimento nos termos da respectiva Carta de Serviços ao Usuário.
- b) gratuidade no acesso às Plataformas de Governo Digital.
- c) padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, de guias e de outros documentos congêneres, incluídos os de formato digital.
- d) recebimento de protocolo das solicitações apresentadas, exclusivamente em meio digital.

e) indicação de canal preferencial de comunicação com o prestador público para o recebimento de notificações, de mensagens, de avisos e de outras comunicações relativas à prestação de serviços públicos e a assuntos de interesse público.

34. José, servidor efetivo da Controladoria-Geral do Estado Alfa, no exercício de suas funções, ao manusear uma pilha de papéis de auditoria, acidentalmente deixou-a cair, atingindo um particular que se encontrava próximo ao agente, causando-lhe danos patrimoniais e estéticos. Após apuração interna, a comissão chegou à conclusão de que não houve dolo ou culpa de José.

Sobre tal situação é correto afirmar que:

- a) a Controladoria-Geral do Estado Alfa responderá subjetivamente perante a vítima.
- b) o Estado e o agente serão chamados a indenizar o dano perante a vítima.
- c) a Controladoria-Geral do Estado Alfa responderá objetivamente perante a vítima.
- d) o agente público deverá ser chamado a responder perante o Estado, mediante ação de regresso.
- e) para a responsabilização estatal, basta que se comprove o dano sofrido pela vítima e que o dano decorreu da atuação de um agente público, atuando nesta condição.

35. Considerando o disposto na “Lei Anticorrupção”, Lei 12.846/2013, assinale a alternativa correta:

- a) Não caracteriza ato lesivo à Administração Pública a conduta de dificultar atividade de fiscalização no âmbito de agências reguladoras.
- b) A responsabilidade civil e administrativa das pessoas jurídicas requer a demonstração de culpa em sentido amplo.
- c) A pessoa jurídica poderá ser responsabilizada mesmo que não existam provas de que seus dirigentes praticaram a conduta em questão.
- d) A celebração de acordo de leniência isentará a pessoa jurídica de algumas sanções e reduzirá em até 1/3 o valor da multa aplicável.
- e) Está habilitada a celebrar acordo de leniência aquela pessoa jurídica que tenha cessado completamente seu envolvimento na infração investigada a partir da data de celebração do acordo.

36. Joana é servidora efetiva do Estado Alfa, encontrando-se inscrita no regime próprio de previdência social daquele ente federativo (RPPS). Assinale abaixo uma característica do regime previdenciário que lhe é aplicável:

- a) regime que alcança ocupantes de mandatos eletivos.
- b) regime que alcança ocupantes de cargos e empregos públicos.
- c) a idade mínima para sua aposentadoria voluntária deverá ser estabelecida mediante emenda à constituição estadual, não lhe sendo aplicável obrigatoriamente o limite da esfera federal, que é de 62 anos.
- d) necessidade de registro perante o tribunal de contas da União do ato de concessão de aposentadoria.
- e) a idade mínima para sua aposentadoria voluntária deverá ser estabelecida mediante emenda à constituição estadual, não lhe sendo aplicável obrigatoriamente o limite da esfera federal, que é de 60 anos.

37. Em relação à improbidade administrativa, com base na Lei 8.429/1992 e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), marque a afirmativa correta.

- a) As punições da Lei de Improbidade são aplicáveis somente aos agentes públicos.
- b) Após o decurso do prazo de oito anos contados da prática do ato, não haverá mais qualquer pretensão do poder público quanto à prática de ato de improbidade causador de dano ao erário.
- c) Subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, de transformação, de incorporação, de fusão ou de cisão societária.
- d) O Ministério Público possui competência exclusiva para ajuizar a ação judicial por improbidade.
- e) Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Juízo competente, para as providências necessárias.

38. Em relação aos atributos do ato administrativo, pode-se afirmar que:

- a) estão presentes em todo ato administrativo, de maneira equivalente aos elementos de validade.
- b) a presunção de legitimidade informa que são considerados verdadeiros os fatos declarados para a prática do ato administrativo, não admitindo prova em contrário.
- c) a presunção de veracidade informa que os atos são considerados legais e legítimos até que se prove o contrário.
- d) a exigibilidade representa a utilização de meios indiretos para a Administração alcançar o resultado pretendido com o ato, exigindo seu cumprimento por terceiros.
- e) a tipicidade resulta na imposição dos efeitos do ato administrativo aos administrados.

39. No que se refere à sanção de impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública estabelecida na Lei 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) admitirá reabilitação após o transcurso do prazo mínimo de 6 meses.
- b) impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública de todos os entes subnacionais.
- c) impedirá o responsável de licitar ou contratar pelo prazo máximo de 1 ano.
- d) impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do ente federativo que tiver aplicado a sanção.
- e) poderá ser cumulada com quaisquer outras sanções previstas em Lei.

40. Sobre o controle judicial da administração pública no âmbito do Estado da Paraíba, assinale a característica correta:

- a) cuida de aspectos de legalidade e de mérito.
- b) pode resultar em determinação para desfazimento de atos discricionários.
- c) independe de provocação.
- d) é exercido sob auxílio do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.
- e) geralmente é realizado em caráter prévio.

b) O Modelo de Três Linhas é aplicável a todas as organizações.

c) Todos os papéis que trabalham juntos contribuem coletivamente para a criação e proteção de valor quando estão alinhados entre si e com os interesses priorizados dos stakeholders.

d) A independência da auditoria interna em relação a responsabilidades da gestão é fundamental para sua objetividade, autoridade e credibilidade.

e) A responsabilidade da gestão de atingir os objetivos organizacionais compreende os papéis da primeira e terceira linhas.

42. Destaca a importância da gestão de riscos na definição e na execução da estratégia e na gestão do desempenho organizacional. Com a incorporação dessa perspectiva, o modelo proporciona maior alinhamento às expectativas em torno das responsabilidades das instâncias de governança e da alta administração no cumprimento das suas obrigações de accountability.

O texto acima refere-se ao modelo de gestão de riscos conhecido como:

- a) COSO II – ERM (2004)
- b) COSO GRC (2017)
- c) ISO 31000
- d) The Orange book
- e) Três linhas de defesa.

FUNDAMENTOS DA AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL

Guilherme Santanna

41. Tomando como base o Modelo de Três Linhas, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Modelo de Três Linhas (anteriormente conhecido como Três Linhas de Defesa) ajuda as organizações a identificarem estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos e facilitam uma forte governança e gerenciamento de riscos

Simulado Especial CGE-PB (Auditor de Contas Públicas - Auditoria Interna Governamental) - DD/MM/2023

43. Uma equipe de auditoria interna foi requerida a realizar um exame com o objetivo de fornecer à organização avaliação independente sobre os processos de gerenciamento de riscos conduzidos pela organização.

De acordo com as Normas dos Profissionais de Auditoria Interna, esse trabalho deve ser conduzido sob a perspectiva de um:

- a) relatório direto de conformidade;
- b) serviço de avaliação (assurance);
- c) serviço de consultoria;
- d) trabalho de auditoria de gestão;
- e) trabalho de certificação.

44. O dever da auditoria interna em relação a fraudes e erros de acordo com a NBC TI 01 – Da Auditoria Interna é

- a) trabalhar em conjunto com a auditoria externa na detecção de irregularidades e identificação das pessoas nela envolvidas.
- b) divulgar à população sobre as suspeitas identificadas no decorrer de seu trabalho.
- c) distinguir os atos intencionais de omissão, punindo as tentativas de manipulação de transações e operações e adulteração de documentos.
- d) assessorar a administração da entidade no trabalho de prevenção, informando sobre indícios ou confirmações de irregularidades detectadas no decorrer de seu trabalho.
- e) desenvolver um trabalho de prevenção junto aos funcionários, explicando como agir em situações em que pode haver má interpretação ou desatenção na elaboração de registros.

45. Uma parte de extrema relevância nos trabalhos do auditor se refere aos papéis de trabalho, que consiste em documentos que suportam o trabalho de auditoria.

Nesse contexto, o auditor deve observar que:

- a) a elaboração de papéis de trabalho é de responsabilidade exclusiva do auditor;
- b) o início da elaboração dos papéis de trabalho deve se dar a partir do término do planejamento da auditoria;
- c) os papéis de trabalho permanentes são aqueles de uso contínuo e diário, disponíveis para consulta ano após ano;
- d) os papéis de trabalho devem ser mantidos até o encerramento dos trabalhos de auditoria do exercício seguinte;
- e) os papéis de trabalho não devem ser usados em mais de um trabalho de auditoria.

46. Em um trabalho de auditoria, quando um auditor precisa obter razoável segurança da efetividade operacional dos procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração, ele deve programar a realização de:

- a) atividades de monitoramento
- b) correlação das informações
- c) procedimentos de revisão analítica
- d) testes de observância
- e) testes substantivos.

47. Em um trabalho de auditoria, um auditor precisou solicitar informações a um fornecedor da entidade auditada. A solicitação indicava a necessidade de resposta apenas em caso de discordância com o conteúdo informado. Esse procedimento corresponde a uma:

- a) confirmação externa;
- b) circularização aberta;
- c) circularização fechada;
- d) solicitação de confirmação positiva;
- e) solicitação de confirmação negativa

Simulado Especial CGE-PB (Auditor de Contas Públicas - Auditoria Interna Governamental) - DD/MM/2023

48. De acordo com as especificidades do objeto e do escopo do trabalho de auditoria, essa pode ser classificada em diversos tipos. A atividade de auditoria definida como um processo de se avaliar o seu desempenho e de promover o aperfeiçoamento da gestão pública é classificada como auditoria:

- a) de compliance
- b) de regularidade
- c) de sistemas
- d) operacional
- e) especial

c) As contas prestadas anualmente pelos tribunais de contas dos municípios, que são órgãos estaduais, deverão ser julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado, não se admitindo que o julgamento seja realizado pela Assembleia Legislativa.

d) De acordo com o STF, as contas do Tribunal de Contas da União deverão receber parecer prévio do próprio TCU, competindo ao Congresso Nacional a realização do julgamento.

e) As contas dos tribunais de contas municipais, onde houver, serão necessariamente julgadas pelo próprio Tribunal, uma vez que as câmaras municipais somente gozam de competência para julgar as contas dos prefeitos.

50. Sobre as contas do chefe do Poder Executivo, marque a alternativa correta.

49. Os tribunais de contas são órgãos de controle externo, encarregados da proteção do patrimônio público. São competências dos tribunais de contas, entre outras, emitir parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo e julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos. Porém, em relação às contas do responsável pela gestão do próprio Tribunal de Contas, não há disposição expressa na Constituição Federal.

Sobre esse tema, considerando as disposições da Constituição Federal, da legislação e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, marque a opção correta.

- a) Segundo o STF, em respeito ao princípio da segregação de funções e da separação dos poderes, as contas de todos os tribunais de contas devem ser julgadas pelo Poder Legislativo do respectivo ente da Federação.
- b) É inconstitucional a exigência legal de que a comissão mista permanente de senadores e deputados, prevista na Constituição Federal, deverá emitir parecer sobre as contas dos tribunais de contas.

a) O prazo constitucional para a emissão do parecer prévio é cabal, motivo pelo qual a ausência de emissão de parecer prévio, no prazo definido, autoriza a realização do julgamento das contas do chefe do Poder Executivo, independentemente da emissão da opinião da Corte de Contas.

b) A deliberação da Câmara de Vereadores sobre as contas do chefe do Poder Executivo local há de respeitar o princípio constitucional do devido processo legal, sob pena de a resolução legislativa importar em transgressão ao sistema de garantias consagrado pela Constituição Federal.

c) O parecer prévio é peça técnica de natureza opinativa para as contas do Presidente da República e vinculante para as contas dos prefeitos municipais.

d) Caso a Câmara Municipal tenha a intenção de julgar irregular as contas do prefeito municipal, a deliberação exigirá o quórum qualificado de dois terços dos seus membros.

e) O Tribunal de Contas da União não deverá conceder o contraditório e ampla defesa na apreciação das contas do Presidente da República, uma vez que o parecer prévio tem caráter meramente opinativo.

51. Nos termos da Constituição Federal, não é finalidade do Sistema de Controle Interno:

- a) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- b) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração Federal;
- c) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- d) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;
- e) comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da aplicação de recursos privados por entidades de direito privado.

52. José é ex-prefeito municipal e está sendo acusado de ato de improbidade administrativa, por ter, supostamente, causado lesão ao erário de forma dolosa. O ato foi praticado em dezembro de 2015, sendo que a ação de improbidade administrativa foi proposta pelo Ministério Público em outubro de 2017.

Sabendo que até hoje não houve sentença no juízo de primeiro grau e que a Lei nº 14.230/2021, publicada em outubro de 2021, trouxe um novo regime prescricional, José procurou o seu advogado, em outubro de 2022, para verificar possível ocorrência de prescrição intercorrente na ação de improbidade.

Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal – STF sobre o tema, o advogado respondeu corretamente que:

- a) os princípios do direito administrativo sancionador não se aplicam às ações de improbidade, de tal forma que a reforma da Lei de Improbidade não poderá retroagir para beneficiar o réu em ações já em curso.

b) a reforma da Lei de Improbidade é irretroativa, aplicando-se somente aos processos iniciados após a sua publicação.

c) como o novo regime prescricional é irretroativo, os novos marcos temporais começaram a correr a partir da publicação da Lei nº 14.230/2021, motivo pelo qual ainda não se consumou o prazo de quatro anos para a ocorrência da prescrição intercorrente.

d) o novo regime prescricional é retroativo, por se tratar de norma processual, sendo ainda que a reforma da Lei de Improbidade deverá retroagir para beneficiar o réu em ações que ainda não transitaram em julgado e para os processos que, ainda que transitados em julgado, estão em regime de execução das penas e seus incidentes.

e) por se tratar de regime punitivo, as regras da Lei nº 14.230/2021, quando mais benéficas, devem retroagir para beneficiar o réu, aplicando-se o novo regime prescricional desde a propositura da ação.

53. Nos termos da Constituição Federal de 1988, todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Ademais, é dever da administração pública a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. Com base no que dispõe a Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011, é correto afirmar que

- a) entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos diretamente do orçamento não estão obrigadas a divulgar o montante e a destinação dos recursos que receberam do poder público.
- b) a classificação de uma informação como sigilosa deve observar o interesse público da informação, utilizando-se do critério menos restritivo possível, considerando-se a gravidade do risco à segurança

Simulado Especial CGE-PB (Auditor de Contas Públicas - Auditoria Interna Governamental) - DD/MM/2023

da sociedade, bem como o prazo máximo de restrição de acesso.

c) as informações consideradas sigilosas são aquelas cujo acesso público fica restrito de maneira indefinida, por se entender que sua não publicidade é imprescindível para a segurança da sociedade e do Estado.

d) o acesso à informação deve ser sempre total, vedada a concessão de acesso parcial às partes não sigilosas.

e) o requerimento de acesso à informação deve ser deferido independentemente da identificação do requerente, desde que este fundamente seu pedido com a exposição dos motivos determinantes de sua solicitação.

54. Joana, servidora ocupante de cargo público efetivo na Administração Pública do Estado de Santa Catarina, realizou, em junho de 2021, o pedido de sua aposentadoria junto ao seu órgão de lotação. O pedido foi deferido em julho de 2021. Em outubro do mesmo ano, a documentação foi encaminhada e recebida no Tribunal de Contas do Estado. Contudo, em agosto de 2026 o registro da aposentadoria foi negado, sem concessão de direito de defesa.

Considerando essa situação hipotética, marque a opção correta considerando a jurisprudência do STF sobre o tema.

a) Por se tratar de ato administrativo composto, a concessão de aposentadoria de servidora ocupante de cargo público de provimento efetivo independe de registro no Tribunal de Contas do Estado.

b) Em agosto de 2026, o TCE ainda poderia negar o registro, uma vez que o prazo de cinco anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria conta somente a partir da chegada do processo na Corte de Contas.

c) Em julho de 2026, houve o registro tácito da aposentadoria, em razão do decurso do prazo de cinco anos desde o deferimento do pedido junto ao

órgão de lotação, motivo pelo qual o TCE não teria mais como negar o registro após este prazo.

d) O Tribunal de Contas do Estado ainda poderia negar a concessão do registro da aposentadoria, mas deveria ter concedido o direito de defesa à Joana.

e) A partir de outubro de 2026, o TCE ainda poderia negar o registro da concessão inicial de aposentadoria, mas seria obrigado a conceder, a partir desse prazo, o direito de defesa para Joana.

55. A Lei 13.460/2017 traz a previsão de divulgação de uma carta de serviços ao usuário, que deverá trazer informações claras e precisas em relação a cada um dos serviços prestados, apresentando, no mínimo, informações relacionadas a:

I - serviços oferecidos;

II - requisitos, documentos, formas e informações necessárias para acessar o serviço;

III - principais etapas para processamento do serviço;

IV - previsão do prazo máximo para a prestação do serviço;

V - forma de prestação do serviço; e

VI - locais e formas para o usuário apresentar eventual manifestação sobre a prestação do serviço.

De acordo com a lei, são informações que devem estar relacionadas na Carta:

a) I e II, somente;

b) I, III e V, somente;

c) I, II, V e VI, somente;

d) II, III, IV, e V, somente.

e) I, II, III, IV, V e VI.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Leandro Ravyelle

56. A Constituição Federal de 1988 recuperou a figura do planejamento na Administração Pública brasileira, com a integração entre plano e orçamento por meio da criação do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias. O PPA, assim como a LDO, é uma inovação da CF/1988. Em relação aos instrumentos de planejamento, assinale a alternativa correta.

- a) A LDO surgiu almejando ser o elo entre o planejamento mais próximo do estratégico (PPA) e o planejamento operacional (LOA).
- b) A relevância do PPA reside no fato de ter conseguido diminuir a distância entre o plano e as LOAs, as quais dificilmente conseguiam incorporar as diretrizes dos planejamentos existentes antes da CF/1988.
- c) os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados por cada casa, primeiramente pela comissão mista respectiva.
- d) A CF/88 rechaçou em partes a concepção que associa planejamento e orçamento como elos de um mesmo sistema, ao tornar obrigatória a elaboração de planos plurianuais abrangendo as despesas de capital e demais programas de duração continuada, embora tenha retirado atribuições em relação ao que dispunha a CF/67.
- e) a LDO é um instrumento desse planejamento que define metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

57. Em um estado brasileiro, o governador, recém-eleito, inicia seu mandato e precisa elaborar o Plano Plurianual (PPA) para o período de quatro anos, de acordo com o que estabelece a Constituição Federal. Durante o processo de elaboração do PPA, ele recebe diversas sugestões de políticas públicas e programas a serem incluídos no plano. Diante disso, analise as afirmativas a seguir:

- I. *O PPA deve ser compatível com o Plano Diretor do estado, com os planos nacionais, regionais e setoriais, e com o orçamento estadual.*
- II. *A elaboração do PPA é de competência exclusiva do Poder Executivo, não sendo necessária a aprovação da Assembleia Legislativa do estado.*
- III. *O PPA deve conter, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.*
- IV. *O PPA deve ser encaminhado pelo governador à Assembleia Legislativa até o último dia útil do primeiro ano de seu mandato.*
- V. *A não observância do prazo estabelecido para a elaboração e encaminhamento do PPA pelo governador pode acarretar a intervenção do Poder Legislativo estadual no processo de elaboração do plano.*

Com base no que dispõe a Constituição Federal sobre o Plano Plurianual (PPA), assinale a alternativa correta:

- a) Apenas duas afirmativas estão corretas.
- b) Apenas três afirmativas estão corretas.
- c) Apenas uma afirmativa está correta.
- d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

Simulado Especial CGE-PB (Auditor de Contas Públicas - Auditoria Interna Governamental) - DD/MM/2023

58. O Congresso Nacional, durante a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo exercício financeiro, realiza uma série de audiências públicas para debater as metas e prioridades do governo federal. Durante esse processo, os parlamentares propõem emendas à LDO, incluindo a destinação de recursos para projetos específicos em suas bases eleitorais.

Dante desse contexto, analise as afirmativas a seguir à luz do que dispõe a Constituição Federal sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO):

I. *As emendas parlamentares à LDO podem ser apresentadas pelos parlamentares, visando à inclusão de projetos em suas bases eleitorais, independentemente de sua vinculação com as metas e prioridades do governo.*

II. *A LDO deve estabelecer as metas fiscais anuais, em cumprimento ao princípio da transparência, permitindo que a sociedade conheça os objetivos fiscais do governo.*

III. *A LDO deve conter anexo de metas fiscais, em que serão estabelecidas as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública.*

IV. *A LDO deve ser aprovada pelo Congresso Nacional até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa, ou seja, até o final do ano legislativo.*

V. *A LDO deve ser encaminhada pelo Presidente da República ao Congresso Nacional até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro, ou seja, até o final do mês de agosto de cada ano.*

Com base no que dispõe a Constituição Federal sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I, II e V estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

59. Considere a seguinte situação hipotética:

A Empresa XYZ, que é controlada pela União e atua no setor de energia elétrica, apresentou um resultado primário negativo em determinado exercício financeiro. Esse resultado foi decorrente de despesas não financiadas pelas receitas auferidas no mesmo período, bem como pela necessidade de recursos do ente controlador para quitar a folha de pagamento de seus funcionários, o que gerou um déficit financeiro.

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar que:

- a) A Empresa XYZ não pode ser classificada como estatal dependente, pois a dependência é caracterizada apenas pela necessidade de recursos do Tesouro Nacional.
- b) A Empresa XYZ deve ser classificada como estatal dependente, uma vez que apresentou resultado primário negativo e pelo fato de ter obtido recursos do ente controlador para quitar a folha de pagamento de seus funcionários.
- c) A classificação da Empresa XYZ como estatal dependente depende exclusivamente de sua necessidade de recursos do Tesouro Nacional, independentemente de ser empresa controlada.
- d) A classificação da Empresa XYZ como estatal dependente depende exclusivamente de seu resultado primário, independentemente de sua necessidade de recursos do Tesouro Nacional.
- e) A classificação da Empresa XYZ como estatal dependente depende de sua necessidade de recursos do Tesouro Nacional e de seu resultado primário, ambos independentes do conceito de ser ou não empresa controlada.

60. O Município Alvorada, em cumprimento às obrigações da Lei de Responsabilidade Fiscal, elabora e divulga seu Relatório de Gestão Fiscal (RGF) referente ao primeiro quadrimestre do ano. No entanto, ao analisar o relatório, verifica-se que o Município não apresentou os valores referentes às dívidas consolidada e mobiliária.

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar que:

- a) O Município Alvorada está em conformidade com a lei, uma vez que o RGF é um instrumento de prestação de contas e não implica o cumprimento de metas fiscais.
- b) O Município Alvorada está em desacordo com a lei, uma vez que os valores informados devessem estar no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), que é um documento que deve atestar o cumprimento de tais limites, incluindo os referentes às dívidas consolidada e mobiliária.
- c) O Município Alvorada está em conformidade com a lei, pois o RGF se limita a apresentar informações sobre a execução orçamentária, não abordando o cumprimento das metas fiscais.
- d) O Município Alvorada está em desacordo com a lei e deveria ter incluídos os limites referentes às dívidas consolidada e mobiliária no RGF, que é um documento que deve atestar o cumprimento de vários limites, incluindo os referentes às dívidas consolidada e mobiliária.
- e) O Município Alvorada está em desconformidade com a lei, pois o percentual mínimo das dívidas consolidada e mobiliária são exigências apenas para o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias.

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Stefan Fantini

61. João das Neves é Gerente de Comunicação de determinada Entidade Pública. A sua principal atribuição é divulgar para a sociedade os projetos e resultados alcançados pela Entidade. Mario Bros, por sua vez, também é funcionário dessa mesma Entidade Pública e tem como principal atribuição compartilhar informações relevantes com outros membros da Entidade.

Tendo em vista os papéis desempenhados pelo administrador, pode-se afirmar que João das Neves e Mario Bros desempenham, essencialmente, papéis:

- a) informacionais, de disseminador e porta-voz, respectivamente.
- b) interpessoais, de porta-voz e disseminador, respectivamente.
- c) interpessoais, de disseminador e porta-voz, respectivamente.
- d) informacionais, de porta-voz e disseminador, respectivamente.
- e) interpessoais, de porta-voz e monitor, respectivamente.

62. O processo organizacional é composto por quatro Funções Administrativas, função planejamento, organização, direção e controle. Pode-se dizer que a função planejamento envolve, dentre outras, a seguinte ação:

- a) Dividir o trabalho e atribuir as responsabilidades.
- b) Estabelecer os objetivos e definir os meios (traçar as estratégias) para alcançá-los.
- c) Estabelecer os meios e recursos necessários para alcançar o objetivo proposto pelo planejamento.
- d) Conduzir os trabalhos para que seja colocado em prática tudo aquilo que foi organizado e planejado.
- e) Monitorar as atividades e fazer as correções necessárias.

63. Competência pode ser definida como o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes. A dimensão que constitui o “saber acumulado” de um indivíduo, isto é, se refere aos aspectos que um indivíduo precisa saber para entender algo e ser capaz de realizar determinada tarefa é chamada de

- a) conhecimento
- b) habilidade
- c) atitude
- d) autoridade
- e) nenhuma das anteriores

64. Para desempenhar suas funções e papéis na organização, o administrador deve possuir habilidades de três tipos: humanas, técnicas e conceituais. Assinale a alternativa que descreve corretamente um exemplo de habilidades conceituais.

- a) Liderar e motivar os subordinados.
- b) Desempenhar tarefas que requerem conhecimentos especializados, tais como a elaboração de balanços patrimoniais.
- c) Capacidade de manter bons relacionamentos na organização.
- d) Capacidade de coordenar e influenciar equipes.
- e) Capacidade de visualizar a organização como um todo e de trabalhar com ideias e conceitos.

65. A ferramenta da qualidade que consiste em uma técnica para identificar as causas prioritárias dos problemas, baseado na premissa de que 20% das causas geram 80% dos efeitos é chamada de:

- a) Diagrama de Ishikawa
- b) Ciclo PDCA
- c) Diagrama de Pareto
- d) Histograma
- e) Fluxograma

66. A empresa de reparos JOÃO DAS NEVES COMPANY instituiu um controle com o objetivo de avaliar a eficiência do trabalho de reparo de encanamentos de cozinha prestado por seus funcionários encanadores, incluindo a medição do consumo de recursos utilizados por esses funcionários. A referida empresa definiu que o controle seria realizado durante a execução das atividades de reparo, ou seja, durante o processo de reparos.

O controle instituído pela empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY é classificado

- a) estratégico, quanto ao nível organizacional, e simultâneo, quanto ao momento.
- b) tático, quanto ao nível organizacional, e posterior, quanto ao momento.
- c) operacional, quanto ao nível organizacional, e simultâneo, quanto ao momento.
- d) operacional, quanto ao nível organizacional, e posterior, quanto ao momento.
- e) estratégico, quanto ao nível organizacional, e posterior, quanto ao momento.

67. Em determinado departamento, um estagiário recebeu um lote de material danificado. Na dúvida sobre como proceder, o estagiário decidiu recorrer às normas organizacionais e seguiu as orientações para devolução do material. A situação hipotética apresenta uma decisão conhecida como:

- a) analítica;
- b) não programada;
- c) intuitiva;
- d) programada;
- e) ponderada.

68. Suponha que determinada Controladoria tenha analisado, em 2020, 1.000 processos, com um dispêndio total de 1.000.000 reais e, em 2021, tenha analisado 1.200 processos, com um dispêndio total de 1.200.000 reais.

Pode-se dizer que, de 2020 para 2021, a referida Controladoria foi:

- a) mais eficiente
- b) menos eficiente
- c) menos eficaz
- d) mais eficaz
- e) igualmente eficaz

69. Para o Guia PMBOK, projeto é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado único/exclusivo. Segundo o Guia, os principais tipos de Escritório de Gerenciamento de Projetos são:

- a) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Suporte, de Controle, de Resultado.
- b) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Controle, de Organização, de Finalização.
- c) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Suporte, de Controle, Diretivos.
- d) Escritório de Gerenciamento de Projetos Pequeno, Médio, Alto.
- e) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Implantação, de Controle, de Planejamento.

70. O planejamento realizado pelo nível intermediário, direcionado a determinada unidade da organização, com foco no médio prazo é o

- a) planejamento estratégico
- b) planejamento tático
- c) planejamento operacional
- d) planejamento institucional
- e) planejamento global

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rodrigo Rennó

71. Qual dos seguintes modelos de Administração Pública caracteriza-se pela busca da eficiência, pela adoção de mecanismos de gestão inspirados na iniciativa privada e pelo foco em resultados como métrica para avaliação do desempenho de organizações e servidores públicos?

- a) Administração Burocrática
- b) Administração Patrimonialista
- c) Administração Pública Gerencial
- d) Administração Científica
- e) Novo Serviço Geral.

72. O Modelo de Excelência em Gestão (MEG) é um modelo de referência adotado por diversas organizações em busca de alta performance e qualidade. Qual dos seguintes fatores NÃO faz parte dos fundamentos do MEG?

- a) Inovação
- b) Cultura da excelência
- c) Foco no cliente
- d) Proatividade de mercado
- e) Visão sistêmica.

73. Dentro de uma organização, diferentes tipos de barreiras podem afetar a eficácia da comunicação. Qual das seguintes alternativas NÃO representa uma barreira comum na comunicação empresarial?

- a) Ruído físico, como máquinas barulhentas em um ambiente de fábrica.
- b) Diferenças culturais entre membros da organização.
- c) Uso de jargões técnicos em excesso.
- d) Transparéncia excessiva em todos os níveis organizacionais.
- e) Falta de habilidades de escuta ativa entre os funcionários.

74. Na gestão de projetos, o Método do Caminho Crítico (CPM) e a Técnica de Revisão e Avaliação de Programas (PERT) são frequentemente usados para:

- a) Determinar o retorno sobre o investimento (ROI) do projeto.
- b) Alocar recursos de forma eficaz entre as diversas tarefas do projeto.
- c) Identificar os riscos associados ao projeto e desenvolver planos de mitigação.
- d) Estimar o tempo mais curto possível para completar o projeto, levando em consideração suas atividades e restrições.
- e) Avaliar e melhorar a qualidade do projeto através de ciclos de feedback.

75. Na teoria das políticas públicas, a "janela de oportunidade" se refere a um momento no qual:

- a) A sociedade civil pode apresentar propostas de políticas públicas aos gestores governamentais.
- b) O setor público abre licitações para contratar empresas do setor privado para implementação de políticas.
- c) Problemas, soluções e condições políticas se alinharam, tornando viável a implementação de uma nova política pública.
- d) As agências governamentais têm maior flexibilidade orçamentária para investir em novos programas.
- e) A legislação permite uma revisão quinquenal das políticas públicas existentes.

76. Em relação ao conceito de accountability no contexto da administração pública, qual das seguintes afirmações é mais precisa?

- a) Accountability refere-se apenas à responsabilização legal de autoridades por atos de corrupção.
- b) Accountability envolve um conjunto de mecanismos que asseguram que os agentes públicos prestem contas de suas ações e sejam responsáveis perante a sociedade.
- c) Accountability está estritamente relacionado com a transparência financeira, ignorando aspectos de desempenho e eficiência.
- d) Accountability é um conceito aplicado exclusivamente no setor privado para avaliar a performance de executivos.
- e) Accountability limita-se à conformidade com regras e procedimentos internos da administração pública, desconsiderando a avaliação externa.

77. Na gestão pública, a abordagem de "Gestão por Resultados" destaca a importância de:

- a) Manter as estruturas burocráticas clássicas e focar no controle de processos.
- b) Focar em resultados mensuráveis e objetivos claros, em detrimento do controle de atividades e processos.
- c) Priorizar a formalidade e a hierarquia, deixando a avaliação de resultados como uma atividade secundária.
- d) Garantir que cada departamento atue de forma isolada, para não misturar metas e resultados.
- e) Desenvolver processos internos complexos, dando menos importância para a entrega final ao cidadão.

78. Em uma organização, o departamento de Gestão de Pessoas decidiu adotar um sistema de avaliação de desempenho 360 graus. Este tipo de sistema é caracterizado por:

- a) Avaliar o desempenho do funcionário apenas com base nas métricas financeiras.
- b) Envolver apenas o superior imediato na avaliação do desempenho do funcionário.
- c) Coletar feedback de múltiplas fontes, incluindo pares, subordinados e superiores.
- d) Limitar a avaliação a uma autoavaliação feita pelo próprio funcionário.
- e) Basear-se exclusivamente em critérios subjetivos determinados pelos colegas de trabalho.

79. Na busca pela excelência organizacional, muitas empresas adotam modelos de gestão da qualidade, como o Total Quality Management (TQM). Qual das seguintes afirmações NÃO está alinhada com os princípios do TQM?

- a) Foco no cliente para entender e atender às suas necessidades.
- b) A qualidade é responsabilidade de todos os funcionários, e não apenas do departamento de qualidade.
- c) Melhoria contínua dos processos e produtos.
- d) Controle de qualidade baseado apenas em inspeções no final do processo produtivo.
- e) Envolvimento e comprometimento da alta direção na gestão da qualidade.

80. Em uma organização, o RH implementou uma série de medidas visando ao desenvolvimento contínuo dos colaboradores. Uma das medidas adotadas foi um programa de formação que envolve mentorias, treinamentos internos e externos, e avaliações de desempenho frequentes. Esse tipo de estratégia está associado a qual dos seguintes conceitos em Gestão de Pessoas?

- a) Recrutamento e Seleção

- b) Comunicação Interna
- c) Higiene e Segurança no Trabalho
- d) Desenvolvimento de Talentos
- e) Política Salarial.

AUDITORIA E CONTROLE INTERNO

Tonyvan Carvalho

81. Após finalizar a sua prestação de contas anual, um ente público a enviou no prazo previsto para o tribunal de contas. Após alguns meses, o ente recebeu um relatório de análise preliminar em que foram apontadas algumas inconsistências nas demonstrações contábeis, que afetaram a sua análise e o processo de responsabilização. Em decorrência dessa situação, o gestor determinou que nos exercícios seguintes fosse realizada uma auditoria prévia ao envio ao tribunal de contas, para que a prestação de contas fosse corretamente operacionalizada.

Para atender a determinação do gestor, deve ser planejada uma auditoria:

- a) especial;
- b) financeira;
- c) operacional;
- d) orçamentária;
- e) patrimonial.

82. Após o recebimento de uma série de recomendações e notificações do tribunal de contas sobre a aplicação de recursos de transferências vinculados à área de educação, uma entidade do setor público decidiu realizar uma auditoria com o objetivo de avaliar se ações realizadas na área ao longo do último exercício financeiro observaram os regulamentos aplicáveis aos recursos transferidos para esta área.

À luz desse objetivo e dos Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público, o auditor deverá planejar o trabalho com base nas normas para realização de auditoria:

- a) de gestão;
- b) financeira;
- c) operacional;
- d) de desempenho;
- e) de conformidade.

83. Como parte das atividades de planejamento de um trabalho de auditoria de demonstrações contábeis orientadas pela NBC TA 300 (R1), o auditor deve planejar a natureza, a época e a extensão do direcionamento e supervisão da equipe de trabalho e a revisão do seu trabalho. O planejamento desses elementos

- a) deve ser considerado inclusive quando a auditoria é realizada integralmente pelo sócio do trabalho.
- b) é indiferente ao porte e à complexidade da entidade.
- c) independe da área em que o trabalho de auditoria é realizado.
- d) tem extensão inversa ao nível de risco de distorções relevantes.
- e) varia conforme a capacidade e a competência dos membros individuais da equipe que realiza o trabalho.

84. Sobre a documentação de auditoria, é correto afirmar que

- a) o auditor deve documentar discussões de assuntos menos significativos com a administração, os responsáveis pela governança e outros, incluindo a natureza dos assuntos significativos discutidos e quando e com quem as discussões ocorreram.
- b) o auditor deve montar a documentação em arquivo de auditoria e completar o processo administrativo de montagem do arquivo final de auditoria tempestivamente após o encerramento do contrato de auditoria.
- c) a documentação de auditoria deve ser registrada em papel.
- d) se o auditor identificou informações referentes a um assunto significativo que são inconsistentes com a sua conclusão final, ele deve documentar como tratou essa inconsistência.
- e) o auditor deve preparar documentação de auditoria que seja suficiente para permitir que um não especialista, sem nenhum envolvimento anterior com a auditoria, entenda.

85. Em trabalhos de asseguração limitada, o auditor independente reduz o risco do trabalho para um nível que é aceitável nas circunstâncias do trabalho. Assinale a alternativa que apresenta características dos trabalhos de asseguração limitada em sua conclusão.

- a) É baseada em procedimentos e testes amplos (mais extensivos) que reduzem o risco do trabalho a um nível aceitavelmente baixo nas circunstâncias envolvidas.
 - b) É obtida pelo auditor de forma remota, por ser capaz de aumentar a confiança dos usuários previstos sobre a informação do objeto em nível que seja mais do que irrelevante.
 - c) É expressa de forma que transmita a sua opinião sobre o resultado da mensuração ou avaliação de determinado objeto de acordo com os critérios aplicáveis.
-

- d) Tem como consequência um relatório de auditoria com opinião modificada, uma vez que a quantidade de testes é inferior ao necessário em uma auditoria por amostragem.
- e) Deve transmitir-se, com base nos procedimentos realizados e evidências obtidas, algum assunto chegou ao seu conhecimento de forma a levá-lo a acreditar que a informação do objeto está relevantemente distorcida.

86. Durante os trabalhos de auditoria, é comum a constatação de que a entidade auditada tem um sistema de controle interno excelente apresentado em seu manual de procedimentos, mas, na prática, o cenário é o inverso. Nessas situações, o auditor deve alterar as informações sobre o sistema de controle interno indicadas nos manuais para a situação efetiva. A partir de então, o auditor avaliará o sistema que efetivamente é operado pela entidade para controle dos seus ativos e geração de informações contábeis.

Em geral, o auditor cumpre esse procedimento

- a) a partir da elaboração de registros consistentes nos papéis de trabalho.
- b) com a emissão de um relatório com opinião não modificada.
- c) com a realização de testes para superavaliação e subavaliação dos elementos patrimoniais.
- d) mediante observação da execução dos trabalhos e inspeção de documentos e registros.
- e) por meio da realização de procedimentos de revisão analítica na etapa do planejamento.

87. De acordo com a NBC TA Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração, a confiabilidade da evidência é influenciada por sua fonte e sua natureza e depende das circunstâncias particulares sob as quais são obtidas. Assinale a opção que, de um modo geral, indica quando a generalização sobre a confiabilidade da evidência pode ser feita.

- a) A evidência é mais confiável quando é obtida por meio de fontes internas às partes apropriadas.
- b) A evidência que é gerada internamente é mais confiável quando os controles relacionados são efetivos.
- c) A evidência gerada pela representação verbal do que foi debatido é mais confiável do que a evidência em papel.
- d) A evidência obtida indiretamente por dedução é mais confiável do que a evidência obtida diretamente pelo auditor independente.
- e) A evidência gerada por auditor independente que realiza o trabalho pela primeira vez é mais confiável do que a evidência gerada por auditor independente antigo.

88. Recompensas e sanções da avaliação de desempenho dentro de uma organização é uma variável inserida no componente da estrutura de controle interno do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) denominado de

- a) monitoramento.
- b) atividades de controle.
- c) ambiente de controle.
- d) avaliação e gerenciamento de riscos.
- e) informação e comunicação

Simulado Especial CGE-PB (Auditor de Contas Públicas - Auditoria Interna Governamental) - DD/MM/2023

89. Numa auditoria de demonstrações contábeis, foi determinado que o risco de auditoria seria muito baixo. O auditor independente avaliou os riscos de distorção relevante para, em seguida, estabelecer o nível de risco de detecção aceitável. O auditor deve ter em mente que:

- a) controles internos eficazes contribuem para elevar o risco de controle;
- b) controles internos eficazes podem eliminar o risco de controle;
- c) quanto maiores forem os riscos de distorção relevante, menor será o risco de detecção;
- d) os riscos de distorção relevante no nível da afirmação têm dois componentes: o risco inerente e o risco de auditoria;
- e) procedimentos de auditoria bem desenhados e adequadamente aplicados contribuem para redução do risco inerente.

90. O auditor, no exercício funcional, deve se dedicar à obtenção de evidências suficientes para sustentar a emissão de seu parecer. Em um trabalho de auditoria de demonstrações contábeis, o auditor indica, no seu parecer, que uma opinião sobre o conjunto das demonstrações auditadas não pode ser expressada. Nesse caso, ele deve

- a) endereçar o princípio da independência.
- b) indicar as razões no parecer.
- c) propor alteração de escopo.
- d) reduzir o nível de asseguração.
- e) replanejar o trabalho com mais testes.

91. Assinale a opção que apresenta um tipo de ocorrência que pode ser controlada pela adoção de um sistema de controle interno capaz de proporcionar uma segurança razoável da consecução dos objetivos traçados por uma organização.

- a) descumprimento de requisitos legais e regulamentares

- b) julgamento falho ou tendencioso no processo de tomada de decisão
- c) ocorrência de eventos externos à organização
- d) conluio dos empregados
- e) capacidade da administração de sobrepassar o controle interno

92. Achado é a discrepância entre a situação existente e o critério. Qual dos atributos do achado a seguir é considerado o padrão de desempenho usado para medir a economicidade, eficiência, eficácia e efetividade do objeto de auditoria e serve para determinar se o objeto auditado atinge, excede ou está aquém do desempenho esperado?

- a) causa.
- b) efeito.
- c) critério.
- d) evidência.
- e) condição.

93. São características das auditorias operacionais, EXCETO:

- a) Conceitos-chave: Economia, eficiência, eficácia, efetividade.
- b) Objetivo: Contribuir para a melhoria da gestão pública.
- c) Papel do auditor: Verificar se há discrepância entre a situação encontrada e a lei ou norma.
- d) Principais áreas de conhecimento do auditor: Ciências sociais, análise de políticas.
- e) Critérios Normas legais, boas práticas, valores profissionais, modelos, experiências

Simulado Especial CGE-PB (Auditor de Contas Públicas - Auditoria Interna Governamental) - DD/MM/2023

94. A matriz de achados de auditoria deve

- a) restringir-se às constatações e informações obtidas durante a execução da auditoria.
- b) ser elaborada depois da confecção do relatório final de auditoria.
- c) conter uma única causa para cada achado de auditoria.
- d) conter todas as propostas de deliberação.
- e) ser validada mediante de um painel de referência.

95. O Tribunal de Contas da União (TCU), ao apreciar narrativa de irregularidades supostamente ocorridas no âmbito de entidade sujeita à sua jurisdição e às quais teve ciência a partir de denúncia devidamente conhecida por preencher todos os requisitos de admissibilidade, constata a necessidade de instauração de instrumento de fiscalização específico vocacionado à apuração dos fatos denunciados. Em tal situação, considerando o tratamento dispensado pelo Regimento Interno do TCU à matéria, o instrumento de fiscalização a ser utilizado é o(a):

- a) monitoramento;
- b) auditoria;
- c) levantamento;
- d) inspeção;
- e) acompanhamento.

LICITAÇÕES E CONTRATOS

Fabiano Pereira

96. Assinale a alternativa correta conforme a lei n.º 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

- a) o leilão, que é a modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance, requer registro cadastral prévio, porém, não possui a fase de habilitação;

b) o julgamento por maior desconto terá como referência o preço global estabelecido no edital de licitação, sendo que o desconto se aplicará também a eventuais termos aditivos;

c) nas contratações integradas ou semi-integradas, os riscos decorrentes de eventos ocorridos após a celebração do contrato e relacionados à escolha da solução de projeto básico pelo contratado podem ser alocados como responsabilidade da Administração na matriz de riscos;

d) o orçamento estimado da contratação poderá ser mantido em sigilo, desde que devidamente justificado, e, enquanto permanecer nessa condição, sua divulgação fica restrita aos órgãos de controle externo;

e) o prazo de vigência dos contratos administrativos deve estar especificado no edital, não sendo permitidos contratos com duração indeterminada.

97. A Lei n.º 10.520/02, que estabelece a modalidade de licitação chamada pregão para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em conformidade com o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, proíbe explicitamente em seu conteúdo, com exceção de:

- a) garantia de proposta;
- b) aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame;
- c) participação de micro e pequenas empresas;
- d) pagamento de taxas, como regra geral;
- e) pagamento de emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica, e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.

Simulado Especial CGE-PB (Auditor de Contas Públicas - Auditoria Interna Governamental) - DD/MM/2023

98. Conforme estabelecido pela Lei n.º 14.133/21, a publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é um requisito fundamental para a validade do contrato administrativo e de suas modificações, devendo ocorrer nos seguintes prazos, a partir da data de sua assinatura:

- a) 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação e 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta;
- b) 10 (dez) dias úteis, no caso de licitação e 5 (cinco) dias úteis, no caso de contratação direta;
- c) 20 (vinte) dias úteis;
- d) 30 (trinta) dias úteis, no caso de licitação e 15 (quinze) dias úteis, no caso de contratação direta;
- e) 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação e 5 (cinco) dias úteis, no caso de contratação direta.

99. O Estado W firmou contrato com a empresa Y para a execução de um projeto de pavimentação asfáltica em sua rede de estradas. Algumas semanas após o início da obra, a empresa Y interrompeu injustificadamente os trabalhos da obra, sem comunicar previamente a Administração.

No caso em tela, à luz da Lei n.º 8.666/1993, o Estado W:

- a) Poderá determinar, unilateralmente, a rescisão contratual, devendo motivá-la e assegurar ampla defesa e contraditório à sociedade empresária Y;
- b) Não poderá determinar a rescisão do contrato de maneira unilateral, sendo necessário prévio procedimento judicial;
- c) Poderá determinar, desde que acordado com a sociedade empresária Y, a rescisão contratual, devendo proceder à devolução de garantia;
- d) Poderá determinar, unilateralmente, a rescisão contratual, independentemente de motivação ou de defesa da sociedade empresária Y;
- e) Não poderá determinar a rescisão do contrato, tendo em vista que a empresa contratada tem direito à paralisação da obra, por expressa previsão legal.

100. Segundo a Lei n.º 8.666/93, é inexigível a licitação para:

- a) construção, a ampliação, a reforma e o aprimoramento de estabelecimentos penais, desde que configurada situação de grave e iminente risco à segurança pública;
- b) aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade;
- c) contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;
- d) celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão;
- e) compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>